

SEMINÁRIO  
**DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Guimarães, 23 de maio de 2019



## OBJETIVOS

Com a ação de formação «DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS» pretende-se analisar o atual modelo de descentralização do Estado para as autarquias locais, entidades intermunicipais e freguesias, com especial enfoque para os novos diplomas de descentralização de competências, dando a conhecer a matriz deste novo impulso descentralizador.

## PROGRAMA

### DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

I • Transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais; lei-quadro 50/2018, de 16 de agosto;

- Diferenciação entre transferência e delegação de competências;
- Os princípios da subsidiariedade, descentralização e da autonomia do poder local;
- O caráter universal da transferência de competências: significado;
- Concretização da transferência de competências; data limite, 1 janeiro 2021;
- A transferência de competências para as entidades intermunicipais e o acordo prévio dos municípios;
- Transferência de competências para as freguesias: universalidade?
- Concretização da descentralização: diplomas setoriais;
- A vigência e a eficácia dos diplomas setoriais;

### II TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS

- Decreto-lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público do Estado;
- Decreto-lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo;
- Decreto-lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, gestão das seguintes vias de comunicação;
- Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, justiça;
- Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, apoio aos bombeiros voluntários;
- Decreto-lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes;
- Decreto-lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, habitação;
- Decreto-lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, gestão do património imobiliário público sem utilização;
- Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, estacionamento público;
- Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, proteção e saúde animal e segurança dos alimentos;
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, educação;
- Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, cultura;
- Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, saúde;

Transferência de competências para as entidades intermunicipais

- Decreto-lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, promoção turística interna sub-regional;
- Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, justiça;
- Decreto-lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, fundos europeus e programas de captação de investimento;
- Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, apoio aos bombeiros voluntários;
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, educação;
- Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, saúde;

## FORMADORA

### Dra. Maria José Castanheira Neves

Licenciada em Direito;

Mestre em Direito, na área de especialização em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 2003, lecionando cursos na licenciatura e no mestrado em Administração Pública, entre outros: Governo e Administração Regional, Governo e Administrações Públicas, Emprego Público, Governo Local e Gestão Autárquica;

Lecionou, ainda, no Mestrado em Política Cultural Autárquica, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no curso «Organização e Funcionamento das Autarquias Locais», e em várias pós-graduações, destacando-se, no ISCAC, a pós-graduação em Gestão Financeira Autárquica e a Pós-graduação em Gestão Autárquica;

Assessora do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território;

Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, desde junho de 2009, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, cargo que exerce atualmente;

Membro da Equipa de Missão que elaborou o Projeto de Código de Administração Autárquica;

Autora de diversas obras sobre Gestão Autárquica, entre as quais: “O Estatuto dos Eleitos Locais”, 1994; «Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, comentado», 2006, 2009, e 2011;

Participação na elaboração de diversos projetos legislativos dos quais se destaca: diploma de “Alteração ao regime de licenciamento de obras particulares”; “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”; Formadora desde 1997 tendo ministrado inúmeros cursos de formação para várias instituições (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, Universidade Católica Portuguesa, CEFA, Quadros & Metas, entre outras), sobre várias temáticas, destacando-se: Atribuições e competências das autarquias locais; Organização e funcionamento das autarquias locais; A urbanização e edificação; Os instrumentos de gestão urbanística; Código do Procedimento Administrativo.

